

PORTO & MAR

Presidente da Codesp quer concluir VTMIS este ano

Segundo Tércio, plano é acabar a instalação do serviço e concedê-lo à iniciativa privada

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

Concluir a implantação do Sistema de Gerenciamento de Informações do Tráfego de Embarcações (em inglês, *Vessel Traffic Management Information System* ou VTMIS) do Porto de Santos até o fim do ano é uma das metas do novo diretor-presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Casemiro Tércio Carvalho.

O sistema permitirá o monitoramento e o gerenciamento, em tempo real, do tráfego de navios no canal de navegação e nas áreas de fundeio do Porto (na Barra e na Baía de Santos). Também possibilitará uma melhor coordenação de ações durante emergências, como desastres ambientais e acidentes entre embarcações.

A previsão era de que o sistema entrasse em operação no final do ano passado. Mas o contrato firmado com o consórcio Indra VTMIS Santos foi encerrado sem que fossem construídas as torres de monitoramento necessárias para a implantação da tecnologia.

Até agora, segundo a Autoridade Portuária, foram executadas as obras civis de implantação do Centro de Controle de Operações (CCO) do VTMIS, na Ponta da Praia. Também foram adquiridos todos os radares e concluída a instalação da antena e do radar na Ilha Barnabé, na Margem Es-



CARLOS NOGUEIRA

Sistema possibilitará o monitoramento e o gerenciamento do tráfego de navios no canal em tempo real

querda, na Área Continental de Santos. Porém, ainda está prevista a implantação três outras torres.

Cada uma terá um radar, uma câmera de alta definição e um transponder AIS, que identifica automaticamente navios. Assim, a central conseguirá acompanhar a posição, a velocidade e o registro dos cargueiros em tempo real.

“Na verdade, o plano do VTMIS falhou porque não o entregaram. Tem uma torre instalada e quatro radares no galpão. Como a gente já recebeu esses radares, a meta é construir as torres, fazer o comissionamento do ra-

dar, chamar a empresa para instalá-los, instalar os equipamentos de AIS”, disse o diretor-presidente da Docas.

Agora, segundo Tércio, a ideia é que a Codesp assuma a negociação para a obtenção de duas áreas do Exército e uma da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), onde serão instaladas as torres de monitoramento. Também ficará sob a responsabilidade da Autoridade Portuária a construção da estrutura e o licenciamento ambiental dos locais onde elas serão erguidas.

Posteriormente, o monitoramento da embarcações será incluído no pacote de con-

cessão do canal de navegação. “É como se eu fizesse a concessão de uma estrada e a concessionária já recebesse a ponte e fizesse a manutenção da ponte. É um equipamento instalado. Eu entrego isso para a concessão e ela mantém”, explicou Carvalho.

Segundo a Docas, desde outubro de 2014, quando o consórcio Indra VTMIS foi contratado, foram pagos R\$ 12,4 milhões aos responsáveis pela implantação do sistema. O valor total do contrato era de R\$ 31,072 milhões e ainda houve um reajuste de R\$ 1,689 milhão.